



ESTADO DA PARAÍBA  
 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00


DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18		
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	5.943.578,33	5.982.372,58	5.960.887,40	12.025.583,83	6.637.400,94	6.095.413,29	6.027.658,04	5.987.463,82	5.998.016,63	5.954.051,30	6.210.741,49	6.329.220,28	79.152.387,93	0,00
Pessoal Ativo	5.943.578,33	5.982.372,58	5.960.887,40	12.025.583,83	6.637.400,94	6.095.413,29	6.027.658,04	5.987.463,82	5.998.016,63	5.954.051,30	6.210.741,49	6.329.220,28	79.152.387,93	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.862.237,92	5.901.254,77	5.879.574,09	11.862.245,93	6.555.173,21	6.012.976,16	5.945.055,74	5.905.244,27	5.915.031,59	5.871.449,00	6.126.064,76	6.244.543,55	78.080.850,99	0,00
Obrigações Patronais	81.340,41	81.117,81	81.313,31	163.337,90	82.227,73	82.437,13	82.602,30	82.219,55	82.985,04	82.602,30	84.676,73	84.676,73	1.071.536,94	0,00
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)														
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	5.943.578,33	5.982.372,58	5.960.887,40	12.025.583,83	6.637.400,94	6.095.413,29	6.027.658,04	5.987.463,82	5.998.016,63	5.954.051,30	6.210.741,49	6.329.220,28	79.152.387,93	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		<b>VALOR</b>	<b>% sobre a RCL ajustada</b>											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		9.052.093.838,70	-											
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)		0,00	-											
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		9.052.093.838,70	-											
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>		<b>79.152.387,93</b>	<b>0,87%</b>											
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		99.573.032,23	1,10%											
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		94.594.380,61	1,05%											
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		89.615.729,00	0,99%											

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAF.


1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS: (1) De acordo com o Parecer Normativo TC 05/2004, de 07/04/2004, o IRRF relativo à remuneração dos servidores públicos estaduais e municipais não integra os conceitos de Despesa Total com Pessoal (DTP) e de Receita Corrente Líquida (RCL). (2) De acordo com o Parecer Normativo TC 12/2007, de 10/10/2007, a contribuição patronal para o RPPS não integra a despesa com pessoal de Poderes e Órgãos, para os fins do art. 20 da Lei Complementar 101/2000 (LRF). (3) De acordo com o Parecer Normativo TC 77/2000, de 13/12/2000, os gastos com inativos não integram a despesa total de pessoal para fins de verificação do cumprimento dos limites específicos de cada Poder e órgão.

João Pessoa-PB, 21 de setembro de 2018.

  
 Conselheiro André Carlo Torres Pontes  
 Presidente do TCE/PB

  
 Raimar Redoval de Melo  
 Diretor Executivo Geral

  
 Flávio Roberto Gondim Vital  
 Coordenador de Controle e Auditoria Interna